



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 20 de Dezembro de 2017

No dia vinte de Dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1 - Apreciação e votação da ata da 4ª sessão ordinária realizada no dia 13 de setembro, do ano em curso.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Renúncia ao cargo de 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal para o quadriénio 2017-2021, apresentado pela Sra. Sandra Rua Gonçalves Pinto;

4.2 - Eleição do 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal para o quadriénio 2017-2021;

4.3 - Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia em representação das freguesias do concelho no Conselho Municipal de Educação;

4.4 – Eleição de membros para a constituição da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Tâmega;

4.5 – Eleição de representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia, na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e na Comissão Local de Acompanhamento para a Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas;

4.6 – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia ou seu substituto para representação na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);

4.7 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.8 - Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2018 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2018;

4.9 - – 3ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2017 (Revisão ao Orçamento da Despesa, Revisão do Orçamento da Receita, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento);

4.10 - Proposta de alteração da estrutura nuclear a implementar, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares / aprovação do número máximo de unidades orgânicas flexíveis/ aprovação do número máximo de subunidades orgânicas;

4.11 – Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no uso da autorização prévia aprovada pela Câmara Municipal, na sessão realizada no dia 20 de dezembro 2016;

4.12 - Pedido de declaração de interesse social e económico do município de Montalegre, formulado pelo Sr. José Joaquim Fernandes Afonso, residente na travessa do Coto, nº 2, Telhado, União de Freguesias de Viade e Fervidelas, destinado a permitir a instalação de um armazém agrícola;

4.13 - Pedido de declaração de interesse do município de Montalegre, formulado pela Sra. Maria Graça Pires Fernandes, residente na rua Vilar, nº 5, Vilarinho de Negrões, destinado a permitir a instalação de estabelecimento de restauração;

4.14 - Proposta de alteração o Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária;

4.15 – Proposta de Regulamento para Apoio ao Abate de Suínos;

4.16– Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à exploração de Pequenos Ruminantes;

4.17 – EHATB, EIM, SA – “Relatório de Execução Orçamental” e “Informação sobre a Situação Económica e Financeira” reportados ao 1º semestre 2017;

4.18- EHATB, EIM, SA. Relatório de Execução Orçamental 3º trimestre 2017;

4.19 - Minuta de Contrato-Programa Entre o Município de Montalegre e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;

4.20 – Minuta de Contrato-Programa entre O Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.21 – Desempenho das funções de Fiscal Único na empresa EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e cinco membros, à exceção dos deputados Gorete Afonso, José Miranda Alves, Rui Cruz, Sandra Pinto e Domingos Costa.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Sandra Pinto, Alda Malho, Ana Maria Martins, Rui Duarte, Lúcia Jorge e Domingos Costa.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, David Teixeira, estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 - Apreciação e votação da ata da 4ª sessão ordinária realizada no dia 13 de setembro, do ano em curso.

A ata da 4ª sessão ordinária, realizada no passado dia 13 de Setembro, foi posta à consideração, tendo o deputado Acácio Gonçalves feito alguns reparos.

O deputado Acácio Gonçalves referiu o exposto na ata anterior, a saber “que as atas são mal redigidas pois não transcrevem a linguagem inapropriada utilizada pelo Presidente da Câmara. As atas devem relatar exatamente o que se passou nas reuniões. As palavras que o Presidente da Câmara diz são obscenas, pois refere-se à oposição como sendo “bolas de Berlim” e disse que ninguém falou em bolas de Berlim, mas sim nos gestos que o Presidente da Câmara apresenta quando fala em bolas. Acrescentou que, enquanto deputado municipal, fez o reparo de que bolas tem-nas o boi do povo e isso não foi transcrito.

O Senhor Presidente da Assembleia criticou a intervenção do deputado Acácio Gonçalves por se tratar de um comentário indecente e demonstrativo do carácter das pessoas.

Falou do regimento da Assembleia Municipal, dizendo que o que está em vigor é o regimento anterior e que ele, enquanto Presidente da Mesa, irá fazer cumprir. Destacou as principais regras: o Período Antes da Ordem do Dia é de 60 minutos, tempo este que é dividido pelos deputados inscritos, sendo que 10 minutos serão para os líderes parlamentares. Isto é, aos restantes deputados só lhes restam 30 minutos para intervir. Não haverá tolerâncias. Haverá depois um período de um minuto para pedido de esclarecimentos que será concedido mediante o regulamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Informou todos os deputados que o regimento da Assembleia Municipal está disponível no site do Município.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com catorze abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Acácio Gonçalves, Iva Rebelo, Jorge Lestra, Rui Costa, Isabel Cosquete, António Martins, José Fernando Moura, Hernâni Carvalho, Ana Maria Martins e João Carlos Rodrigues.

2 – Expediente para conhecimento.

Não foi recebido expediente.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

Tomada de posse da Sra. Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas, eleita pela lista do Partido Socialista por não estar presente na sessão da instalação dos órgãos autárquicos no dia 18 de outubro de 2017.

Depois de verificada a identidade e legitimidade da eleita, a Sra. Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas tomou posse.

Inscreeveram-se para intervir os deputados João Soares, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, José João Moura, Ana Isabel Dias, Sandra Gonçalves, António Ferreira, Pedro Barroso, Hernâni Carvalho, José Bento Caselas, Paulo Pinto e Ricardo Moura.

O deputado João Soares saudou toda a assembleia e especialmente os novos elementos. Afirmou que daí ouve eleições e resultou um executivo maioritário com uma vitória retumbante. De eleição em eleição, o Partido Socialista tem vindo a crescer.

Em 1976, com António Loureiro, o PS apanhou uma abada e não se procuraram justificações. O PS era movido por uma ambição de um melhor futuro para Barroso, mas falhou. Mas, em 1989, o PS ganhou as eleições e a partir daí a qualidade de vida dos Barrosões foi aumentando. Viram nas propostas do PS ideias para a construção de melhores soluções. Essa é a razão da votação dos Barrosões no PS.

Terminou, dizendo que os membros da Assembleia Municipal são a voz do povo e ao executivo só se pode exigir trabalho.

O deputado Duarte Gonçalves saudou todos os membros da assembleia municipal. Disse que espera que este novo mandato e os novos elementos sejam uma mais-valia para um debate de ideias saudável, pois estão num lugar privilegiado para se fazerem ouvir. Apelou à participação pois não há boas e más intervenções. Toda a gente deve participar para que o concelho saia a ganhar. Esteve oito anos como vereador e sempre se pautou por uma participação construtiva, com debates de ideias e pontos de vista políticos divergentes. Fará parte da oposição criticar, mas nunca pessoalizar. Convém deixar na campanha o que é próprio da campanha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que a estrada para Chaves foi lançada a correr e com o inverno torna-se perigosa. Perguntou se há ou não entendimento com a Câmara de Chaves para se fazer a estrada.

O deputado Acácio Gonçalves corroborou o que disse o deputado Duarte Gonçalves pois deve haver mais paz e participação de todos.

Perguntou o que se está a passar com o lítio pois há muito secretismo à volta desse assunto e já se sabe que há tribunais metidos ao barulho.

Disse que consta que a estrada entre Vilar e Meixide vai ser cortada, mas já não se vê lá máquina nenhuma. A estrada está perigosa e é preciso ter cuidado.

Perguntou o que se passa com o matadouro pois no orçamento de 2017 o município tinha 55% de ações e para 2018 está previsto apenas 26%. Disse que não percebe o porque desta redução.

O deputado José João Moura referiu que, no dia de tomada de posse, o Senhor Presidente disse, no seu discurso, que iria apostar no ambiente, mas a única coisa que se viu foi uma chuva de foguetes quando o Governo tinha decretado luto nacional por causa dos incêndios. A Junta de Freguesia de Gralhas foi a única que aderiu à iniciativa nacional "Reflorestação Nacional" cujo lema era "Vamos plantar Portugal". A Junta de Freguesia de Gralhas foi a única que teve a iniciativa de plantar árvores para semear hábitos.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ilustres membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montalegre e restante executivo, Senhores vereadores, Caríssimos colegas desta Assembleia e demais presentes: Em primeiro lugar, e antes de tudo o mais, deixar um cumprimento aos eleitos para esta Assembleia Municipal. Um abraço de reconhecimento a quem fez, ao longo do tempo, parte deste órgão municipal, aos repetentes. Mas, em especial, quero, em nome pessoal, dar as boas vindas aos novos membros desta Assembleia Municipal. Sejam muito bem-vindos a este espaço físico de respeito e trabalho onde, juntos, iremos discutir, expor, debater ideias e projetos para o nosso concelho. Sei bem que as ideias, a perspetiva e a forma de fazer acontecer não serão coincidentes nem, porventura, sequer parecidas, mas tenho esperança que cada um de nós, que ocupa um lugar neste ilustre edifício, uma cadeira nesta sala, que cada um de nós saiba honrar o voto de quem o depositou em cada membro desta Assembleia. Que o respeito pelas ideias, que a exatidão e a honra sejam a linha orientadora dos debates que aqui vamos travar e que tenhamos sempre presente que "a política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha". Que estas palavras do Dr. Sá Carneiro estejam sempre presentes, nas intervenções, nos escritos, nas insinuações, enfim, no percurso de intervenção cívica que cada um procurará construir.

Já tive oportunidade de me dirigir, noutras alturas, a esta Assembleia para partilhar algumas reflexões sobre o trabalho que este Município tem desenvolvido nos domínios da Ação Social e Funções Sociais.

A este respeito, considero poder afirmar, com alguma segurança, que todos nós reconhecemos o mérito do trabalho desenvolvido por este Executivo Municipal no que se refere ao investimento nas estruturas de âmbito municipal com serviços de apoio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

social e, muito especificamente, naquilo que, a meu ver, é a maior responsabilidade de uma Câmara Municipal: apoiar, proteger, auxiliar os mais desfavorecidos e mais vulneráveis. Essa é a responsabilidade mais nobre do trabalho autárquico – proteger os seus, melhorar as suas condições de vida e promover, a cada família em situação de vulnerabilidade, todas as condições de dignidade e decência.

Gostava de aproveitar esta ocasião para dizer: o valor deste trabalho, no que toca ao apoio social, não deve, não pode, passar em vão.

Muitas são as boas práticas do Município no que se refere ao apoio social aos grupos socialmente mais vulneráveis e na promoção do bem-estar pessoal e comunitário.

Este Executivo revelou, nos anteriores mandatos, antes de mais, uma visão estratégica, de futuro, assim como preocupação com a sustentabilidade dos apoios. E, sem querer avançar na ordem dos trabalhos, olhando para o orçamento para 2018, essa continuará a ser, orgulhosamente, uma marca deste executivo.

Com este enquadramento, quero, sobretudo, dar ênfase aos apoios sociais que a Câmara Municipal atribuiu ao longo do anterior mandato e quero aqui referir alguns números desse investimento (sim, investimento! porque, em primeiro lugar, é nas pessoas e no seu bem estar que se deve investir).

Há aqui uma grande, uma enorme diferença entre quem gasta dinheiro com as pessoas e quem investe nelas! Porque, meus caros colegas desta assembleia, mesmo do ponto de vista dos gastos, do dinheiro em si, ser pobre não é sinónimo de “para quem é bacalhau basta”.

Feito este desabafo, vamos então aos números de que vos falei e que fui buscar aos documentos aqui apresentados ao longo do mandato anterior e que espero ter conseguido recolher da melhor forma. Faço-o para esclarecer que o apoio social, a função social, o investimento social vão muito além, da reconstrução de uma casa, da compra de umas telhas ou da troca de umas janelas. Entristece-me e, sobretudo, preocupa-me que quem foi eleito para um órgão autárquico e, por força disso, tenha responsabilidades para com todos, repito, com todos os munícipes, pense de forma mais redutora, individualizada e, se calhar, até politicamente enviesada.

Posto isto, atentemos então na seguinte informação que se refere aos apoios e investimentos realizados no último mandato, relativamente aos grupos mais desfavorecidos e que se referem ao investimento em diferentes domínios: área da habitação com a beneficiação/recuperação de habitações; apoio habitação social do município; apoio à renda; emergência; equipamentos domésticos; subsistência; deficiência; ação social escolar. Sabem quanto se gastou nestas áreas? Cerca de 7 milhões de euros.

Ora, fica aqui demonstrado, através destes exemplos, que a ação social é uma área vasta e que se traduz em medidas efetivas de apoio às nossas crianças, jovens e respetivas famílias.

E, por fim, porque falo de pessoas, em comunidade, a consulta desses documentos levaram a minha atenção, ainda, para o apoio financeiro atribuído pela Câmara no âmbito da criação de novas respostas sociais para o concelho. Trata-se de respostas para a população e que servem, de facto, o interesse público, o interesse dos montalegrenses e nunca outro tipo de interesses. Refiro-me aos apoios que foram concedidos às Associações com intervenção nas diferentes áreas da vida e que totalizam, ao longo do último mandato, cerca de 3 milhões de euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

É, por isso, com muito agrado que hoje reconhecemos que esse esforço deu frutos, continua a dar e certamente continuará, foi graças a ele que hoje podemos reconhecer nos vários projetos sociais, uma marca de desenvolvimento social. Assinado, a deputada municipal Ana Isabel Alves Dias.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras. Quando falamos em prioridades no nosso concelho, mais concretamente no Baixo Barroso, o conceito de “prioridade” torna-se ambíguo. Na minha visão, uma das maiores prioridades, é a educação e o apoio que é dado às famílias nesta área.

Não me parece ser o caso do executivo do nosso município, no caso da Escola Primária de Salto, que está finalmente pronta para o início do 2º período, começando pelo projeto, que foi efetuado em 2015, a pedido da Câmara Municipal, investiram-se 300 mil euros, na beneficiação do edifício escolar, onde se poderia contemplar mais salas de aulas, lembro que por falta de um aluno na turma da pré-primária, não se constituíram duas turmas, neste ano letivo, mas é melhor não pensar nisso, pois não haveria sala para colocar a turma. Não haverá uma sala para que os professores de apoio possam, calmamente, lecionar e dedicar-se aos alunos com necessidades especiais, não haverá sala para o terapeuta da fala ou para a psicóloga fazerem o seu trabalho. Não haverá sala de convívio, sala de reuniões para os professores, uma sala para atividades onde as crianças possam brincar e socializar no inverno, não haverá um recinto fechado para a prática do exercício físico no inverno, uma biblioteca, as crianças vão continuar a estar confinadas à sala de aulas 8 horas por dia, no entanto, o nosso presidente informou que iremos ficar muito felizes com as obras que foram feitas na nossa escola.

O dito projeto não contempla nada de novo a não ser o refeitório, ao qual apelidam de salão polivalente, ou seja, o refeitório continuará a ser a sala de apoio polivalente a todas as atividades. A realidade escolar de hoje não é a de há 30 anos atrás, requer outros cuidados e outras estruturas.

Quando confrontados com estes factos, tanto o Presidente da Câmara como a Vereadora da Educação, numa sessão de esclarecimentos no Ecomuseu de Salto, fugiram à questão, desculpando-se com a DGAE. No entanto esta entidade, em nada interfere no projeto arquitetónico, apenas aprova o investimento, que provém em grande parte do FEDER. Pois, 300 mil euros chegariam para fazer isso tudo numa obra de beneficiação, num edifício em bom estado de conservação, como é o caso do edifício da escola primária de Salto.

Mas há mais a dizer sobre a educação. A maior freguesia do concelho não tem um berçário para que as mães do Baixo Barroso, que trabalham, possam continuar a trabalhar, ou para as mulheres que trabalham possam ser mães, sem receio de não ter onde deixar o seu filho, para poder continuar a trabalhar, sem ter de fazer as contas se ao fim do mês o dinheiro chega para fazer as viagens de Salto – Cabeceiras e vice-versa, duas vezes por dia, ou seja, um total de 80 km diários, para levar o seu filho ao berçário mais próximo. O mais grave é que ao fim de três anos as crianças habituam-se a estar a criar laços com a gente dessas terras e provavelmente continuará a estudar por lá, como tem acontecido com várias crianças do Baixo Barroso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não existe um centro de atividades para as crianças nos tempos livres, não há atividades extracurriculares ou para o período de férias escolares, mas se quisermos que os nossos filhos tenham essas atividades continuamos a ter de fazer os tais 80 km diários, para dar alguma igualdade e qualidade nas férias aos nossos filhos no Baixo Barroso, em detrimento do Alto Barroso, pois na Vila de Montalegre, há berçário e centro de atividades para os tempos livres. O nosso presidente da Câmara e o presidente da junta de Salto justificam esta falta de apoio com a falta de crianças. Então, se não há crianças, investe-se 300 mil euros numa escola primária?

Falta de crianças? Neste momento há 67 crianças no Baixo Barroso, entre os 0 e 6 anos de idade, há crianças, o que não há é apoios para que haja crianças. Quando falo de apoios, não me refiro a monetários, mas sim aos que referi anteriormente.

Penhora-se o futuro do nosso concelho, descurando a educação das nossas crianças e planeia-se um estádio municipal em Salto e um campo de chegas, com valores superiores a 1 milhão de euros (muitos de nós nunca chegarão na sua vida inteira de trabalho a ganhar tal quantia), quem vai jogar nesse estádio daqui a 10 anos? Provavelmente, o dito cujo não durará tanto, as piscinas municipais demoraram menos tempo a cair aos bocados. Enquanto isto é planeado, foram gastos milhares de euros num gimnodesportivo em Salto, não se espantem se lhes disser que não está nem um tijolo no local do dito cujo. Enquanto o Município se foca no supérfluo, em obras megalómanas, em elefantes brancos, as nossas crianças e pais procuram no concelho vizinho o apoio que não têm no nosso.

As crianças são o futuro de qualquer aldeia, vila ou concelho, se continuarmos a nada fazer, elas não terão motivos para cá ficar...

Posto isto, estou ao dispor do município e dos presentes nesta assembleia para colaborar e trabalhar num projeto que viabilize um apoio efetivo às crianças e aos pais do Baixo Barroso. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."

O deputado António Ferreira falou sobre uma notícia que saiu no jornal "Povo de Barroso" e o autor é o Sr. Manuel Ramos que fala sobre o mito do produto local cujo título é "A ideia do produto local foi criado por Fernando Rodrigues e agora continuado por Orlando Alves".

Disse que toda a gente sabe que em Montalegre não se produz vinho mas são estratégias de marketing bem aproveitadas pelos nossos empreendedores. Também toda a gente sabe que não se pode procurar produtos derivados do porco em setembro. Em setembro há outros produtos locais de qualidade que podem ser uma mostra da nossa terra, como é o caso do mel e da carne. Para se conseguir a paz é preciso que haja guerra.

Falou ainda da velocidade com que os veículos circulam na avenida em Montalegre. É preciso alertar as autoridades antes que haja uma desgraça.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Antes de mais queria saber o porquê do envio de duas convocatórias com duas ordens de trabalhos diferentes e qual deveremos seguir.

Aproveito também para dar as boas-vindas aos novos elementos desta Assembleia e desejar um bom mandato a todos, sobretudo desejando uma maior clarividência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

discurso e uma menor crispação, tudo em favor do bem comum do nosso concelho (da minha parte também irei trabalhar nesse sentido). Espero que todos o façam e, em particular, o Sr. Presidente da Assembleia que deve ser exemplo e modelo para todos, sobretudo sendo mais imparcial e neutro e mais respeitador do Regimento Municipal. Sobre o Regimento Municipal, quero dizer que esperava ver a sua revisão na Ordem de Trabalhos desta Assembleia, uma vez que estamos no início de um novo mandato, mas tal não acontece. Ainda assim, queria deixar já duas propostas de alteração para quando ocorrer a discussão de um novo Regimento: 1º – Que as Assembleias Municipais possam ser gravadas e retransmitidas (em formato áudio, vídeo, etc.) por quaisquer órgãos de comunicação social ou pelo menos os que tiverem sede no concelho. Não pode haver medo acerca do que é aqui discutido e, além disso, a sua divulgação pode contribuir para uma maior aproximação dos Barroenses à política; 2º - Que o período dedicado ao público seja antes da Ordem do dia e não no final como atualmente pois muitas vezes as Assembleias são muito longas e as pessoas acabam por se ir embora. Por outro lado, se trouxerem um assunto de relevo podem ser discutidos logo no período Antes da Ordem do Dia. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso”.

O deputado Hernâni Carvalho disse que a EDP produz milhões de euros no nosso concelho e ameaça despedir vigilantes das barragens. Tem que se travar esta medida pois as infraestruturas ficam desprotegidas e constituem mais um problema para as autoridades.

Afirmou ainda que os planos prévios de proteção civil vão ser alterados. Saliu que mais cem pessoas vão ficar sem emprego por uma ótica meramente financeira e estas grandes empresas deveriam ter outras obrigações.

Perguntou que diligências já foram tomadas por parte do Município para travar tudo isto.

O deputado José Bento Caselas, em representação da Bancada do Partido Socialista, apresentou à Mesa, a seguinte proposta de Voto de Pesar pelo desaparecimento do Sr. Herculano Fernandes Pereira, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Santo André: “O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Montalegre apresenta um sentido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Herculano Fernandes Pereira (1960-2017), de 56 anos de idade, falecido no passado dia 12 de dezembro de 2017, na sua residência na Rua do Outeiro, em Santo André, vítima de um acidente de trabalho. Um homem de poucas palavras, simples, humilde, mas sempre sorridente e com um coração enorme. Foi construtor de profissão, Presidente da Freguesia de Santo André até outubro de 2017 e membro da Assembleia de Freguesia de Santo André até ao trágico dia. Damos os nossos sentidos pêsames à sua família e amigos. Será sempre lembrado e recordado por todos nós. Montalegre, 20 de dezembro de 2017. O Grupo Municipal do PS.”

O deputado Paulo Pinto entregou o seguinte documento à Mesa: “Começo por dar alguns esclarecimentos sobre as acusações que foram proferidas contra mim e contra as gentes de Vila da Ponte num artigo assinado por Lourenço Anjo Afonso candidato pela coligação PSD/CDS à Junta de Freguesia de Vila da Ponte, derrotado nas últimas eleições autárquicas, no Jornal Notícias de Barroso posto a circular no dia 18.11.2017.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Nesse mesmo artigo, denominado “Vila da Ponte: Eleições Exemplares-Fraude e Manipulação”, questiona-se uma vitória que não teve margens para dúvidas visto os resultados estarem à vista de todos e sendo eles os seguintes: 127 votos para o PS e 34 para a coligação PSD/CDS. Representou a maior taxa percentual de vitória do concelho no que respeita a Freguesias com 2 ou mais candidatos. Só alguém que agindo a ordens de superiores cheios de má-fé e ressabiamento teve o desprante e falta de vergonha para vir para a praça pública denunciar uma situação que nada tem de anormal. Depois de se saber quem seria o candidato da Coligação PSD/CDS, só os mais desatentos ou lunáticos poderiam esperar outro resultado.

Este mesmo artigo, publicado por este órgão de comunicação que apregoa ser um Jornal isento e detentor da verdade absoluta, nada mais fez do que retratar uma mentira, alterando os factos e inventando situações, desrespeitando o bom nome da Freguesia de Vila da Ponte e suas gentes! Desde as pessoas que muito arduamente compõem as mesas de votos e respetivos eleitores! Não se olhou a meios para atingir fins!

De seguida, referencio os factos dos quais fui acusado, passando a citá-los: 1) Composição das mesas de votos- Expliquei a forma de composição das mesas e o que aconteceu dias antes das eleições! Determina a lei que haja elementos afeto são os vários partidos, PS 3-PSD 2. Tinha os meus 3 elementos e eles no último dia ainda não tinham. Fui chamado pela Maria João a dar-me a conhecer essa situação e como não conseguiam entrar em contacto com candidato, ficou o Presidente da Junta em funções de designar dois elementos; 2)Votos antes da hora- Acusação de os elementos da mesa terem votado antes da hora! Depois de todo o processo de preparação da mesa de votos! Os elementos em acordo total decidiram votar depois de tudo estar pronto! 3)Votos acompanhados- Foi decidido por maioria da mesa que quem tivesse uma deficiência física notória e impeditiva que o impediria de, sozinho, desenhar a cruz que assinala o sentido do seu voto (invisual, deficiente motor, etc.), poderia votar acompanhado; 4)Negócio da escola primária – Só alguém desatento poderá afirmar que não foi publicitado e público! Os Editais foram afixados nos locais de costume e estava noticiado no site da Câmara Municipal, tendo esta mesma sido vendida em hasta publica com a presença de público de todos os quadrantes. Não tinha a obrigação de lhe entregar em mão! Depois fala em cambalacho familiar quando eu não tenho nenhuma relação familiar com essa mesma pessoa, nem ninguém da Câmara que eu saiba; 5)Viagem a Nanterre- Neste mesmo artigo, ficaram a saber que me instalei num quarto duplo em parceria com Márcio Azevedo e que quem pagou o quarto foi a Câmara! Mostrei em mão a fatura do pagamento do quarto no momento do check in Depois expliquei que todos os anos a Câmara convida todos os presidentes da Junta sem exceção para representarem o concelho em Nanterre. Os encargos da viagem são suportados pela Câmara! Como é de conhecimento público!

Sendo que todas as outras despesas foram suportadas por mim próprio!

Por tudo isto e muito mais gostaria de saber onde está a fraude e manipulação nas eleições da Freguesia de Vila da Ponte! Provavelmente quando falam de Fraude e Manipulação estariam- se a referir aos comportamentos do candidato Lourenço Anjo Afonso tais como: falsificação de assinaturas para a formação da lista para a Assembleia de Freguesia; Propagação de mentira pela freguesia em relação a candidatura para a Assembleia de Freguesia encabeçada por ele, fazendo passar-se por uma Candidatura Independente, que não era, mas sim uma candidatura pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

coligação PSD/CDS, criando a dúvida no eleitorado da Freguesia; incitamento à violência no dia das eleições; Perturbação da mesa de votos no dia das eleições; Roubo das chaves da Junta no dia das eleições; Roubo em pleno luz do dia dos editais no átrio da Câmara Municipal de Montalegre à vista de várias pessoas; Perturbação da Assembleia de Freguesia prejudicando o seu bom funcionamento, que, continuando, teremos que tomar decisões drásticas.

Na política não vale tudo!

A política é tão importante como a vida! Só que menos!

Boas festas a todos e sejam felizes! Assinado, o deputado municipal Paulo Pinto”.

O deputado Ricardo Moura disse que é o sétimo mandato em que se dedica a organizar o almoço de natal da Assembleia Municipal e este ano não foge à regra. Pediu que as pessoas se inscrevam no gabinete de apoio à presidência para que haja um convívio salutar entre os vários quadrantes políticos.

Disse que passou a ser internacionalmente conhecido e não sabia que gostavam assim tanto dele. Não é para qualquer um ter a RTP um dia inteiro em pleno dia de eleições autárquicas atrás de si. Em Meixedo desapareceram os cadernos eleitorais e só apareceram por intimidação da Juíza. Se fosse em Padornelos já era o fim do mundo.

O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com o espírito de política construtiva e feita com ética. Desejou que se cumpra o anunciado. Disse que leva consigo o debate vergonhoso feito na rádio, mas também sabe que a provocação foi encenada.

Afirmou que não se pode confundir a educação e a qualidade dos alunos com as instalações. A nova escola pode não ter uma biblioteca, mas no Ecomuseu – Casa do Capitão há uma biblioteca muito interessante e que receberá os alunos de braços abertos.

Realçou a postura exemplar do deputado Duarte Gonçalves. Assim se deve estar na política.

Sobre a estrada de Chaves, disse que o atual Presidente da Câmara de Chaves sabe, melhor do que ninguém, o quanto a estrada é importante para os dois concelhos e que tem consciência que durante este mandato terá de fazer uma obra impactante e virar-se para a estrada. Há a promessa por parte dele e tenho a certeza de cumprir.

Sobre o lítio, disse que o resultado da prospeção está no Secretário de Estado mas a Luso Recursos entrou em confronto com os australianos, que podem atrasar o processo. O Governo tomará a melhor decisão para que o projeto avance. A taxa da extração está na Lei e já foi negociada.

Anunciou que a estrada entre Vilar e Meixede vai ser encerrada ao tráfego a partir do dia 9 de janeiro em nome da segurança. As máquinas saíram de lá porque a empresa está de férias.

Sobre o matadouro, informou que a Câmara tem menos ações por imposição do Tribunal de Contas e o objetivo é que sejam reduzidas a zero.

Sobre a política ambiental, referiu que a Câmara não tem que se acorrentar às iniciativas dos outros. A política ambiental irá ser desenvolvida e exemplo disso é a substituição de todas as lâmpadas de mercúrio por led, há a ideia de reflorestação com o objetivo de plantar mil árvores por ano e a aquisição de mais três carros elétricos a partir de janeiro. A defesa do ambiente tem que partir de todos, como é o caso da economia da água. Todos temos que ter consciência ambiental.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que a Câmara vai investir mais de 1,5 milhões nos produtores locais e políticas de apoio aos resistentes. Fica-nos mal dizer mal de nós próprios.

Sobre o trânsito na avenida, afirmou que o civismo é que tem que prevalecer e as autoridades fazerem o seu trabalho. Se se colocassem lombas na avenida depois iríamos ter problemas com os limpa neves.

Sobre os vigilantes das barragens, disse que é uma questão que tem suscitado muito a sua preocupação pois reconhece o problema das pessoas. Informou que já foram feitas algumas diligências mas o Mexia não atende e passou a negociar por escrito, ameaçando que Montalegre deixaria de ser cliente da EDP. Montalegre, Terras de Bouro, Ponte da Barca e outros municípios estão unidos de modo a pressionar, mas, segundo o que lhe parece, empresas como a EDP não estão preocupadas com os seus funcionários e com os seus problemas. Só importa o lucro.

Sobre a notícia da suposta fraude eleitoral na Vila da Ponte e a ida a Nanterre, reiterou que todos os presidentes de junta estão convidados a ir no próximo ano.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Duarte Gonçalves e Sandra Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que apreciou que o Presidente da Câmara assumisse que não esteve bem no debate da rádio, mas não se deve colocar no papel de vítima.

Disse que nunca fará intervenções sobre artigos jornalísticos, apenas sobre questões de trabalho da autarquia.

A deputada Sandra Gonçalves disse que a Etar de Salto devia ser arranjada pois o saneamento cai diretamente no rio.

Disse que apostar 1,5 milhões de euros na agricultura é de louvar, mas relembra que as outras micro empresas também precisam de incentivos.

Disse que ainda bem que não se vão colocar lombas na avenida pois se custassem 17 mil euros como custaram as da Borralha a Câmara iria à falência.

Foi posta a votação a proposta de voto de pesar apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

Deliberação: A proposta de Voto de Pesar foi aprovada por unanimidade.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Renúncia ao cargo de 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal para o quadriénio 2017-2021, apresentado pela Sra. Sandra Rua Gonçalves Pinto;

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.2 - Eleição do 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal para o quadriénio 2017-2021;

Por proposta subscrita por vários deputados, foi apresentado o nome da deputada Olímpia Vinhas.

Por votação, por escrutínio secreto, a deputada Olímpia Vinhas foi eleita como 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal para o quadriénio 2017-2021, com 37 votos a favor e 7 brancos.

4.3 – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia em representação das freguesias do concelho no Conselho Municipal de Educação;

A bancada do Partido Socialista apresentou como proposta para a eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para representar as Freguesias no Conselho Municipal de Educação, o Presidente da Junta de Freguesia de Salto, Alberto Martins Fernandes.

Não houve outras propostas.

Por votação, por escrutínio secreto, foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Salto, Alberto Martins Fernandes, com 36 votos a favor e 9 votos brancos.

4.4 – Eleição de membros para a constituição da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Tâmega;

Foram apresentadas duas listas: a lista "A", apresentada pela bancada da coligação PSD/CDS, com os nomes dos deputados Acácio da Silva Gonçalves, Sandra dos Santos Gonçalves, José Fernando Moura, Pedro Jorge Barroso e como suplente Iva Bernardete Fidalgo Rebelo.

E a lista "B", apresentada pela bancada do PS, com os nomes dos deputados Manuel António Carvalho, João Alves Soares, José Miranda Alves e João Carlos Moura Rodrigues.

Deliberação: Postas à votação, por escrutínio secreto, a Lista "A" obteve 13 (treze) votos, a Lista "B" obteve 28 (vinte e oito) votos e houve três votos nulos.

Por aplicação do método d`Hont, foram eleitos três membros da Lista "B" (Manuel António Carvalho, João Alves Soares e José Miranda Alves) e um membro da Lista "A" (Acácio da Silva Gonçalves).

4.5 – Eleição de representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e na Comissão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Local de Acompanhamento para a Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas;

Foi apenas apresentada pela bancada do Partido Socialista, a seguinte proposta: "Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios – José Bento Caselas Dias, Presidente da União de Freguesias de Sezelhe e Covelães.

Comissão Local de Acompanhamento para a Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas – Lúcia Araújo Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Pitões das Júnias."

Deliberação: Postas à votação, por escrutínio secreto, foram eleitos, respetivamente, José Bento Caselas, Presidente da União de Freguesias de Sezelhe e Covelães, e Lúcia Araújo Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Pitões das Júnias, com 37 votos a favor e 8 votos brancos.

4.6 – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia ou seu substituto para representação na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);

Foi apenas apresentada, pela bancada do Partido Socialista, a seguinte proposta: "Para eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para representação na Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, Ricardo António Pires de Moura, Presidente da Junta da União de Freguesias de Meixedo e Padornelos. Como suplente, Aníbal António Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferral."

Deliberação: Posta à votação, por escrutínio secreto, foram eleitos, respetivamente, Ricardo Moura, Presidente da União de Freguesias de Meixedo e Padornelos e Aníbal Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferral, com 34 votos a favor e 11 votos brancos.

4.7 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Queria saber quando será a inauguração da UCC, uma necessidade cada vez mais premente para a nossa região e que ano após ano continua por abrir. Estamos no final de mais um ano e este processo continua a atrasar-se e a derrapar, e vamos assistindo a situações que levam ao agravamento do custo da obra e ao atraso da sua inauguração. Uma das últimas situações é recente e aconteceu com o acesso pedonal pela avenida da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Noruega, em que foram construídas as escadas, depois demolidas e reconstruídas novamente. Afinal o que se passou? Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso”.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.8 - Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2018 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2018;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Ana Isabel Dias e Acácio Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou a seguinte declaração de voto: “Exmos Senhores: venho aqui fazer não uma análise técnica aos documentos apresentados, pois temos nesta casa técnicos habilitados. Compete-nos sim, enquanto agentes políticos, fazer uma análise política dos documentos.

Nesse sentido, devo dizer que o que o executivo nos apresenta como planos para 2018 é mais do mesmo. Uma Câmara gerida em piloto automático.

Disso mesmo é prova:

- 1) As receitas estimáveis e fixas, cuja variação apenas depende da execução do quadro comunitário de apoio.
- 2) Um plano de atividades “copy past” de anos anteriores, que continua a versar sobre transferências para associações diversas, realização de uns concursos pecuários e pouco mais.
- 3) Um plano plurianual de investimentos, sem qualquer inovação, condicionado pela execução de uma estrada que chega com 30 anos de atraso e uma musealização do castelo que era também para ontem!

Reporto-me contudo em mais detalhe a alguns aspetos que me chamaram mais a atenção:

- a) O financiamento do Ecomuseu de Barroso à Câmara 150000€, mas não aparece nada previsto na componente da receita! Então as vendas da loja para onde vão?
- b) Quanto ao PPI continuam a prometer saneamentos. O de Parafita sempre será feito desta vez? Mais do mesmo, mas o pior é haver realização de obras ao nível das redes de água e não efetuarem logo os ramais centrais de Saneamento. É confirmar que essas aldeias nunca mais terão saneamento. E esse será o caso de Vilarinho de Negrões, e depois queremos que seja uma maravilha de Portugal! São as tais incongruências.
- c) Com a pista automóvel preveem gastar em 2018 460 mil euros, mais 325 mil euros em promoção. Até 2022 será 1 milhão e meio de euros em promoção e 660 mil euros em obra. Um total que ultrapassa os 2 milhões de euros! Depois vem o senhor presidente dizer que não há dinheiro para executar os projetos financiados pelo Portugal 2020, que alguns podem cair ou há necessidade de recalendarizar. Este dinheiro dava para executar muita coisa. Dava para fazer a estrada para Chaves! Têm noção disso? Qual o retorno do investimento da pista? Não me venham com estudos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

de marketing. Em termos de bilheteira quanto dá de retorno? Nem vocês sabem, e já nem sabem quanto dinheiro lá enterraram!

d) As piscinas não são prioridade e o investimento atira-se para 2019

e) Mas o pior mesmo, é o investimento em promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar. Vão gastar 300€, míseros 300€. No meio de tanto esbanjar foi o que sobrou. Não é algo prioritário para o PS e atiram com o investimento neste domínio para 2019 e 2020.

Em jeito de conclusão, devo ainda dizer que consideramos não existirem políticas para a dinamização económica, o fomento do empreendedorismo, a captação de investimento, a criação de emprego e a competitividade do município.

Estas são as vertentes essenciais de aposta se queremos reverter o marasmo e combater o despovoamento. Algo que há muito defendemos, e por isso votamos contra estes planos apresentados, pois não são a resposta para um melhor futuro do nosso concelho. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O deputado José João Moura disse que não é economista, mas pelos documentos enviados conclui-se que há obras que vão sofrer cortes e promessas eleitorais que não vão ser cumpridas. No entanto, verificam-se despesas com aquisições de serviços com verbas brutais e com pouca transparência.

Falou da qualidade dos documentos enviados para os deputados. Mal se conseguem ler e já que vão investir em material informático, devem ter em conta este aspeto.

Disse que se não há dinheiro para determinadas obras, propõe que se diminuam os gastos com propaganda municipal, assessores e avençados pagos a preço de ouro.

Pedi para que não se esqueçam das Juntas de Freguesia pois os seus orçamentos não lhe permitem fazerem o que faz falta junto das populações.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Minhas senhoras e meus senhores: É hoje inegável, e já hoje aqui o demostrei, o grande valor do muito que já foi feito nos domínios da ação social nos últimos mais de 20 anos neste concelho.

Está à vista de todos, daqueles que realmente querem ver, vê-se em todo o lado, em todas as freguesias: no apoio à habitação, nas escolas, nos serviços de proximidade criados, que aproximam as populações dos serviços e vão ao encontro dos que se encontram sem qualquer proteção social.

E de facto os documentos que a Câmara Municipal nos apresenta e submete à nossa apreciação e votação espelham não só a continuidade da aposta nos domínios da intervenção social mas reflete, ainda, o esforço renovado em criar novas respostas para enfrentar os novos desafios.

Aqui se vê a vontade de ir mais além, de fazer mais pelo nosso concelho.

Estas ações e projetos que nos são dados a conhecer fazem acreditar que Montalegre será, cada vez mais, um concelho socialmente mais justo.

Este trabalho que a Câmara Municipal muito bem tem sabido desenvolver de forma concertada, abrangente, flexível e integradora assume especial relevância neste contexto de interioridade e diferenciação territorial.

Pegando na Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social, a promoção da inclusão social é um pilar fundamental para qualquer estratégia de desenvolvimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

sustentável e que tem efeitos positivos no emprego, na economia, nas qualificações e no desenvolvimento humano num sentido mais geral.

Assim, nesta linha de pensamento, e sob o lema "Município Solidário e Socialmente Responsável", gostaria de salientar o investimento previsto por esta Autarquia: o apoio às camadas populacionais socialmente mais vulneráveis, o apoio à família, o trabalho de parceria social e as ações no âmbito da promoção do bem estar pessoal e comunitário.

Bem sei que há por aí alguns mais distraídos que não sabem ou não se procuram informar e desconhecem este trabalho, talvez porque se dediquem mais à escrita e menos ao combate de ideias.

Mas o que interessa é que aqueles que beneficiam dos apoios bem reconhecem este trabalho porque frequentam espaços de verdadeiro convívio, ocupação dos tempos livres e de dinamização de atividades de troca de experiências e de novas aprendizagens.

Sem me querer alongar, estes documentos que apreciamos e que vamos votar são o reflexo de um concelho dinâmico e com preocupações sociais. É preciso valorizar este trabalho, mostrá-lo com orgulho, investir também na publicação de documentos que traduzam esta realidade e que o divulguem no concelho e fora dele.

Peço a vossa atenção especialmente para a página 13, relativa às grandes opções do plano, em que as Funções Sociais aparecem como a área de maior investimento; peço ainda a vossa atenção para a página 14, onde é possível fazer uma leitura clara e muito simples sobre as Funções Sociais, nomeadamente a Educação e Ação Social que consomem ou arrecadam a maior verba (se quiserem ser ainda mais cuidadosos, atendem no valor destinado os transportes sociais...); na página 16, agora relativamente à previsão para o Plano Plurianual de Investimentos, podemos verificar que, mais uma vez, a maior verba está destinada às Funções Sociais, e aqui poderíamos fazer um exercício simpático e interessante de análise mas deixo isso para a interpretação e leitura individual. Talvez no silêncio da casa de cada um, por sua cabeça, se lerem e acompanharem estes investimentos possam concluir que "o diabo não anda aí", e que a gestão dos fundos municipais é criteriosa e acima de tudo, direcionada para as pessoas!

Quem assim não disser não poderá estar bem intencionado. Assinado, a deputada municipal Ana Isabel Alves Dias".

O deputado Acácio Gonçalves disse que tecnicamente, nada tem a dizer sobre o documento, mas deixa-lhe dúvidas acerca da discriminação de verbas atribuídas à Santa Casa da Misericórdia de Montalegre. Sendo a Unidade de Cuidados Continuados uma obra da Misericórdia de Montalegre, o dinheiro deve ser inserido e discriminado nas transferências feitas para a Santa Casa e não separadamente como temos visto.

Sobre o Ecomuseu, disse que só há investimento. Não se tiram contrapartidas da Associação Privada. E como associação privada podem atribuir vencimentos ad hoc como é o caso dos 3.500€ dados ao Eng.º Albano de Boticas.

Sobre a pista automóvel, referiu que é um poço sem fundo de financiamento e isto dá que pensar. Para não falar da Etar de Salto que já podia estar feita aproveitando os fundos comunitários.

Quanto à remodelação da estrutura de pessoal, afirmou que fizeram uma mistura que nem se percebe quem são os dirigentes, nem coordenadores, nem chefes de equipa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que desapareceu o assistente operacional de condução do gabinete de Apoio à Presidência.

O Senhor Presidente da Câmara disse que uns conseguem ler os documentos, outros não, mas cada um dá o que pode.

Disse que a Unidade de Cuidados Continuados, para ser aberta, tem que ser apoiada pela Câmara, como qualquer infraestrutura social.

Disse que não viu nada no programa eleitoral do PSD que o executivo pudesse aproveitar e apoiar. Se a Câmara está a ser gerida em piloto automático e se o povo aceitou e apoiou, então continuará assim. O resultado das eleições disse que estão a fazer bem.

O fundo municipal tem mais de 800 mil euros para apoiar as associações e as transferências para estas são apoio e uma forma de dinamizar a economia. Não se pode contabilizar como despesa.

A estrada para Chaves tem um atraso de 30 anos mas está a ser feita e quanto ao Castelo, este não é nosso. Mas são opções de quem foi eleito.

Disse que, em quatro anos de mandato, fecharam cinco saneamentos e se neste novo mandato conseguir fechar mais cinco, faz mais do que foi feito pelo PSD quando era poder.

Sobre a Sexta 13, o Congresso de Medicina Popular, a Feira do Fumeiro, o Mundial de Ralicross disse que são eventos que muitos municípios gostariam de ter. A Câmara investe na sociedade e em iniciativas dinamizadoras.

Sobre as obras da pista automóvel, informou que são exigências da FIA.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Iva Rebelo.

4.9 – 3ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2017 (Revisão ao Orçamento da Despesa, Revisão do Orçamento da Receita, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove abstenções dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Iva Rebelo.

4.10 – Proposta de alteração da estrutura nuclear a implementar, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares / aprovação do número máximo de unidades orgânicas flexíveis/ aprovação do número máximo de subunidades orgânicas;

A Vereadora Fátima Fernandes informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreeveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Manuel Rebelo.

O deputado Acácio Gonçalves apresentou a seguinte declaração de voto vencido: "Acácio da Silva Gonçalves, membro desta Assembleia Municipal e representante do Grupo Parlamentar CDS/PP, vem apresentar o presente voto declarado- vencido, sobre a proposta de alteração de estrutura nuclear que o Sr. Presidente da Câmara Municipal apresenta a esta Assembleia, por deixar muitas dúvidas devido à maneira sucinta como é apresentada, não havendo tempo suficiente de estudo da oposição para uma alteração tão profunda, alterando o funcionamento dos serviços municipais que passarão a ser dirigidos por mais chefes de divisão e unidade e coordenadores, que poderão ter consequências a nível laboral e funcional dos serviços, com responsabilidades dos membros desta Assembleia Municipal. Que eventualmente a aprovem, pois os partidos não foram chamados a dar a sua opinião neste orçamento conforme se encontra legalmente estabelecido.

A alteração proposta e aprovada traz encargos ao Município criando mais chefias além das existentes (mais dois chefes de divisão, mais um chefe de unidade e oito coordenadores) tudo isto criação à imagem do Sr. Presidente da Câmara que pode e quer segundo a cartilha socialista.

Assim passarei a expor o que me parece ilegal face à lei que apressadamente pude consultar: 1º- O Diretor de Departamento de Planeamento e Gestão do Território é ilegal face à lei quer na criação do departamento quer no cargo de diretor, face ao que determina o artº 7º da Lei 49/2012 de 29 de agosto, em vigor ao fazer depender a estrutura de Diretor de Departamento da População do Concelho de 40.000 habitantes, logo em Montalegre é inferior; 2º - A criação da unidade flexível de 3º grau que irá ser dirigida por um chefe de unidade, não é justificada na proposta como deveria ser a fim desta Assembleia votasse conscientemente e saber para que foi criada, para quem, sabendo-se apenas da estrutura orgânica do pessoal junto do orçamento que esta unidade vai ser de Serviços Operativos que vai ter no seu quadro orgânico um chefe de unidade a comandar dois encarregados, um geral e outro operacional e 34 assistentes operacionais coordenados pelos dois encarregados referidos, dizendo mesmo no mapa de pessoal, não sei com que intenção, que os 34 funcionários vão comportar esforço físico, cheira-me a escravatura, pois em situações normais todos sabemos que qualquer trabalho normal comporta esforço físico e mental e não é preciso ameaçar por escrito; 3º - Já no anterior mapa de pessoal existia uma unidade orgânica de 3º grau criada para dirigir o Ecomuseu que chegou mesmo a ser aprovado nesta Assembleia o concurso para a sua chefia, sem nunca chegar a ser realizado, em que se exigia para o concurso a licenciatura pré-Bolonha e agora exige-se para a sua chefia o mestrado pós-Bolonha, parece-me que estes lugares Sr. Presidente são feitos à medida do cliente socialista, já que esse é cá dos nossos!; 4º - Segundo me ensinaram a progressão na carreira de qualquer funcionário é sempre necessário concurso público e no presente caso, parece-me que a proposta que o Sr. Presidente carece de "vício de forma" ao querer nomear Chefe de Departamento, Chefes de Divisão, Chefes de Unidade, coordenadores a seu belo prazer, preterindo assim o que é legal, mas cumprindo assim a promessa eleitoral (só cá para os nossos), parecendo-me querer arrastar os membros desta Assembleia que votaram favoravelmente para uma situação de ilegalidade que poderá dar lugar á nulidade do ato – artº133º do CPA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

por carência em absoluto de forma legal, sendo essa nulidade invocável a todo o tempo por qualquer interessado e pode ser declarada oficiosamente pelos tribunais – artº 134º, nº2 do CPA ou estará alguém à espera dos efeitos putativos para que o ato seja considerado válido! Montalegre, 20 de dezembro de 2017. Assinado, o deputado municipal Acácio da Silva Gonçalves.”

O deputado Manuel Rebelo disse que a Câmara Municipal de Montalegre, em termos de gestão de funcionários, está paralisada. Disse que ter um plano de Higiene e Segurança no Trabalho é muito importante e há alguns funcionários que não tem fardamento adequado para as funções que desempenha, impossibilitando-os de executar determinadas tarefas.

A Senhora Vereadora Fátima Fernandes disse que a estrutura hierarquizada, com unidades flexíveis, que está para aprovação já foi adotada em 2012. A única alteração deve-se ao facto do Dr. Nuno Vaz ter saído e houve a necessidade de se desmembrar o departamento e criar duas divisões: a divisão Administrativa e a divisão Financeira. A quem compete definir as áreas funcionais é ao Presidente da Câmara, e como são comissões de serviço é obrigatório fazer concurso público.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Iva Rebelo.

4.11 - Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no uso da autorização prévia aprovada pela Câmara Municipal, na sessão realizada no dia 20 de dezembro 2016;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que é um cheque em branco que se vai passar ao Senhor Presidente da Câmara para ele satisfazer a sua vontade e ele está abusar. Disse que o Senhor Presidente devia trazer os contratos individualmente e dizer quais foram as empresas que concorreram e a quem vamos entregar. Assim, entrega os serviços a quem quer.

Sobre o contrato de serviços jurídicos, no valor de 36 mil euros, 3 mil euros por mês, também não se sabe para quem vai ser. Isso é uma ilegalidade.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a todos nós se exige o saber estar e saber ler os documentos. Está-se a discutir compromissos plurianuais e que transitam para o ano seguinte. São apenas para conhecimento, pois trata-se de uma competência do Presidente da Câmara.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.12 - Pedido de declaração de interesse social e económico do município de Montalegre, formulado pelo Sr. José Joaquim Fernandes Afonso, residente na travessa do Coto, nº 2, Telhado, União de Freguesias de Viade e Fervidelas, destinado a permitir a instalação de um armazém agrícola;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.13 - Pedido de declaração de interesse do município de Montalegre, formulado pela Sra. Maria Graça Pires Fernandes, residente na rua Vilar, nº 5, Vilarinho de Negrões, destinado a permitir a instalação de estabelecimento de restauração;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.14 – Proposta de alteração o Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, Pedro Barroso e Fernando Rodrigues.

O deputado José João Moura disse que a Câmara se está a imiscuir de responsabilidades que não são dela. A DGAV não impôs isso, pois a OPP não pode ser imposta. A sanidade animal é da responsabilidade do produtor.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte declaração de voto à Mesa: "A bancada da Coligação "A Força da Mudança", do PSD/CDS, vota contra a alteração do regulamento municipal de fomento da produção pecuária pelos seguintes motivos: 1º - A Coligação lamenta profundamente que o surgimento da OPP da Coopbarroso se tenha traduzido num aumento significativo dos custos suportados pelos agricultores do concelho com a sanidade animal, apesar dos outros contributos que o Município tem atribuído à Coopbarroso (outros, além dos pagos aos agricultores para a sanidade animal); 2º - O aumento dos custos da prestação do serviço aos agricultores é sempre mau, independentemente dos motivos desse aumento e de quem o suporta; assim, mau por mau, mesmo que o acréscimo dos custos do serviço se deva a má gestão ou ao pagamento de favores aos amigos do poder instalado na Câmara, que seja o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Município a suportá-lo, através do aumento dos subsídios por cabeça; 3º - Assim, sentimos que se está a perder uma oportunidade de alterar o regulamento no sentido de aumentar a comparticipação do Município, tal como o Presidente da Câmara prometeu, mas que agora não consta nas propostas para 2018; 4º - A norma a introduzir no Regulamento é discriminatória e põe em causa a liberdade de associação dos produtores pecuários do concelho; aliás, salvo melhor entendimento, poderá ser ilegal; somos contra o monopólio em qualquer área, e na área agrícola, em particular, até por exemplos do passado que correram mal; 5º - Tentar condicionar ou obrigar os produtores pecuários a fazer sanidade animal na OPP da Coopbarroso não nos parece ser a melhor forma de reforçar a OPP recentemente criada; se a qualidade dos não aderentes é significativa, ao ponto de justificar a alteração do Regulamento Municipal, parece-nos pouco provável que o façam por mera birra ou para prejudicar os interesses do concelho; 6º - Nesta conformidade, consideramos que o problema deveria ser resolvido doutra forma, sem impor uma vontade apenas porque se tem poder para isso; em concreto, a OPP deverá procurar saber quais, além dos custos, são as motivações dos produtores e, na medida do razoável, ir ao encontro dos produtores não aderentes. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Antes de mais queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara que se quer ser respeitado, deve dar o exemplo e também respeitar os deputados. Hoje já lhe fiz uma pergunta, dentro do tema e sem usar o aguilhão, como o senhor diz, e simplesmente ignorou-me.

Sobre este ponto, em primeiro lugar, quero perguntar se esta proposta é retroativa e se aplica já ao ano de 2017, ou terá apenas efeitos práticos em 2019, aquando dos pagamentos relativos a 2018.

É lamentável e triste ao que estamos a assistir por parte do Município com esta proposta de alteração ao Regulamento de Fomento da Produção Pecuária. Esta alínea que é proposta para ser acrescentada extravasa toda e qualquer lógica e provavelmente até a lei geral. E só pode ser vista à luz daquilo que esta Câmara já nos habituou, a procura de controlar tudo e todos, de condicionar as pessoas e a sua liberdade. Isto é inadmissível, é discriminatório e nem sequer é bom para o concelho e para os seus agricultores, e já explico porquê.

Infelizmente parece que não se aprendeu com os erros do passado, mas eu vou fazer um pequeno apanhado: A Câmara ainda há cerca de 10 anos fomentava outro monopólio na sanidade animal através da OPP da anterior Cooperativa Agrícola de Montalegre. É sobejamente aceite que os monopólios não são bons, geram maus vícios e práticas, enquanto a concorrência é salutar e gera mais-valias para o consumidor final, neste caso os agricultores. O monopólio que já existiu levou a graves problemas na sanidade das explorações pecuárias, desde sermos um dos concelhos do país com mais brucelose, de haver sanidade já paga e por fazer há mais de um ano, agricultores com as explorações em sequestro e impedidos de venderem os seus animais, etc. Isto levou à segregação de vários produtores até à divisão em várias novas associações e a perda da OPP do concelho. E o Presidente da Câmara que tanto criticou esta situação está agora a fomentar, à força, um modelo igual. Por outro lado, ouvi eu próprio da boca de vários produtores pecuários, que nunca a sanidade esteve tão bem feita, e a tempo, como desde que é feita por várias entidades, provavelmente por causa da concorrência. Bem feita e mais barata, o que também devia fazer-nos refletir. Ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

hoje há agricultores cujos serviços são prestados por outras entidades que não a Coopbarroso e pagam muito menos: por exemplo, menos 5 euros por vaca e menos de metade nos pequenos ruminantes. E vêm de fora do concelho, prestam um bom serviço, os agricultores estão satisfeitos e agora a Câmara quer condicioná-los para mudarem, porquê? (E não há o perigo de o dinheiro ir para fora do concelho pois o prémio é pago diretamente aos agricultores).

Então a Coopbarroso não foi criada para ajudar os nossos agricultores? E considero-a uma instituição meritória para o concelho e por isso tem recebido toda a ajuda possível da CMM com o apoio da coligação, mas não pode querer segregar quem não quiser trabalhar com ela. Quando a OPP se constituiu em 2016, o Presidente vangloriou-se e disse que era uma “grande notícia” para os Agricultores e que os ia levar à “glória”. Se, em teoria, isso podia ser verdade e a oposição concorda com a mais-valia que é ter cá a OPP (pois dá-nos mais poder na gestão da sanidade animal do concelho), a prática está a revelar o contrário: Serviços de qualidade igual (ou até menor segundo vários agricultores) e mais caros. E para mim o mais importante é o trabalho ser bem feito (e sei que há articulação entre a OPP e as vizinhas que laboram aqui). Até porque quando a antiga OPP deixou de dar resposta às necessidades dos nossos agricultores as Associações de fora serviram, e agora que supostamente já não fazem falta não devem ser maltratadas.

Além disso o Presidente comprometeu-se publicamente a corrigir os apoios que a Câmara dá para a sanidade em função dos aumentos que a Coopbarroso aplicou (3 euros por vaca e na identificação de vitelos, e de 1,5 euros para 3 euros acima de 100 pequenos ruminantes – aumento de 100%). Já vai para o terceiro ano e nada. E esta alteração do regulamento devia ser nesse sentido (e não no sentido de condicionar quem quer que seja, e irá perder-se a oportunidade) e espero que aconteça em breve, pois ao menos o anterior Presidente da Câmara dizia que pagava a sanidade na totalidade e pagava, o senhor usa os agricultores para fazer política mas depois não cumpre o que lhes promete.

Termino, lembrando ao Sr. Presidente que o dinheiro do orçamento da Câmara é de todos os Barrosões e não apenas de alguns. Os agricultores merecem todos ser respeitados e tratados de igual forma, recebendo o que é de direito, pois lembre-se que o senhor não foi eleito apenas com os votos dos emigrantes! Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso”.

O deputado Fernando Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto: “Concordo com o princípio que a ajuda da Câmara deve dirigir-se à economia, aos produtores, às entidades e ao emprego local, mas abstenho-me na votação porque não há fundamentação nem informação jurídica nem técnica sobre a proposta de alteração, e porque foram levantadas questões que exigiriam outra ponderação, pois pode estar em causa a violação de normas legais. Assinado, o deputado municipal Fernando Rodrigues.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que cada produtor se vincula a quem quiser, mas se há uma estrutura qualificada no concelho que faz um bom trabalho, tem de merecer o reconhecimento de todos. Valorizar o que somos e temos é condição essencial para a sustentabilidade do território. À Câmara não cabe alimentar caprichos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

nem incompatibilidades pessoais. Disse ainda que a Câmara também tem o direito de não apoiar quem o quer fazer fora do concelho.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Iva Rebelo e com quatro abstenções dos deputados Fernando Gomes Rodrigues, Isabel Cosquete, António Martins e Rui Costa.

4.15 – Proposta de Regulamento para Apoio ao Abate de Suínos,

O Senhor Vice Presidente da Câmara, Dr. David Teixeira informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados José João Moura, Pedro Barroso e Duarte Gonçalves.

O deputado José João Moura disse que com a Feira do Fumeiro e com a comercialização de produtos derivados do porco a ASAE implica sempre com quatro questões: a rastreabilidade, a higiene, as boas práticas de fabrico e o bem estar animal. Assim, o regulamento da Câmara deveria frisar estar quatro questões e não o está a fazer.

Disse que o abate dos suínos no matadouro deve ser fomentado pois assim há a certeza que não se vende gato por lebre. Mediante o peso de cada carcaça, devia-se estipular uma quantidade fixa que cada produtor de fumeiro podia comercializar na feira.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Queria, antes de mais, perguntar se já se sabe quanto vai custar esta medida ao Município?

Ainda que, e para que fique claro, seja completamente a favor do apoio ao abate dos suínos no matadouro, pois ajuda a enquadrar os produtores de fumeiro na normativas comunitárias e dá uma garantia maior da salubridade e qualidade microbiológica do derivados do porco usados no fumeiro de Barroso, estou desapontado com o Sr. Presidente da Câmara porque uma vez disse aqui publicamente que me iria convocar quando decidisse criar outro regulamento na área agropecuária (e já agora pergunto quem foi que redigiu este documento?). E estou chateado porque tenho a certeza que se me pedisse apoio conseguia apresentar um regulamento de apoio aos produtores de suínos/fumeiro mais bem elaborado e com mais sentido. Até porque tive conhecimento na campanha eleitoral de que prometeu que, neste mandato, iria apoiar a sanidade dos suínos (como já acontece noutras espécies), proposta que eu já tinha defendido nesta Assembleia Municipal e que o senhor, e bem, aproveitou, o que só me deixa lisonjeado.

Assim, não compreendo que se traga aqui à pressa um regulamento mal elaborado apenas para o apoio ao abate e não um regulamento definitivo de apoio aos produtores de suínos que contemplasse o prémio ao abate, o apoio à sanidade e que fosse equilibrado, justo e acessível a todos os criadores de porcos de Barroso.

E é logo por aqui que acho que começa mal este regulamento, ao ser tremendamente discriminatório, em favor dos produtores de fumeiro associados à APFTFB e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

participam na feira do fumeiro de Montalegre (e a APFTFB até pode e deve beneficiar os sócios mas o Município não pode discriminar alguns Barrosões). Dou alguns exemplos: Se alguns produtores de fumeiro não se revirem na Associação em causa (APFTFB) e quiserem formar uma nova associação com os mesmos fins e participar na feira do fumeiro, esse acesso vai-lhes ser negado, bem como o apoio ao abate? Mas com que justificação válida? E então aqueles produtores de fumeiro a quem foram exigidos grandes investimentos para legalização da sua atividade e que agora até deixaram de vender na feira do fumeiro, não continuam a vender fumeiro de Barroso e não era importante continuar a garantir a salubridade do mesmo bem como as normas comunitárias de abate e bem-estar animal (pois se há interesse na garantia do bom nome e “selo de qualidade”, do fumeiro de Montalegre o apoio também devia ser estendido a estes)? Se eu como criador de porcos para autoconsumo quiser cumprir as normas comunitárias de bem-estar animal e verificar a salubridade e qualidade dos porcos que vou consumir, levando-os ao matadouro para abate, o município não me ajuda e protege porquê? E se eu tiver um restaurante e quiser vender o verdadeiro cozido à Barrosã com produtos genuínos, não mereço ser apoiado? E mesmo os produtores de fumeiro associados à APFTFB que queiram abater fora dos intervalos de tempo exigidos (15 de Novembro a 15 de Fevereiro) não serão abrangidos por este apoio.

Em suma, este regulamento está cheio de incongruências, é discriminatório, desequilibrado e até estará ferido de legalidade. Assim, na minha opinião, em vez de se querer aprovar este regulamento à pressa e no sentido de tornar viável e legal a edição de 2018 de Feira do Fumeiro, a Câmara devia antes fazer um protocolo (ou alterar o existente) com a APFTFB, que contemplasse um apoio no mesmo valor que agora se pretende aprovar, incumbindo-lhe também a esta Associação a responsabilidade de controlo dos abates e restantes condições de bem-estar dos animais e higiene e salubridade dos produtos, um pouco do que já vem sendo feito até aqui, e redigindo uma proposta de regulamento durante o ano 2018 mais justa, equilibrada e contemplando também o apoio à sanidade dos suínos. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso.”

O deputado Duarte Gonçalves disse que este regulamento é ferido da questão da concorrência pois vai privilegiar o matadouro, quando os produtores deveriam ser livres de escolher o local de abate.

Disse que o regulamento está muito confuso, pois se é para apoiar apenas os produtores de fumeiro, devia-se entroncar este protocolo com a Associação de Produtores de Fumeiro e à Associação caber-lhe-ia a responsabilidade de assegurar que os abates sejam feitos mediante o regulamento.

O deputado Fernando Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto: “Concordo com o princípio que a ajuda da Câmara deve dirigir-se à economia, aos produtores, às entidades e ao emprego local, mas abstenho-me na votação porque não há fundamentação nem informação jurídica nem técnica sobre a proposta de alteração, e porque foram levantadas questões que exigiriam outra ponderação, pois pode estar em causa a violação de normas legais. Assinado, o deputado municipal Fernando Rodrigues.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Vice- presidente da Câmara disse que todas as questões de controlo já estão salvaguardadas e protocoladas com a Associação de Produtores de Fumeiro. Só quem faz o controlo tem direito ao referido apoio. Isto é um apoio para quem tem uma indústria, é uma imposição para quem entra no mercado da comercialização de produtos locais.

Disse que temos que assumir que queremos mais emprego no concelho e que as empresas do nosso concelho gerem riqueza cá.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Iva Rebelo e com quatro abstenções dos deputados Fernando Gomes Rodrigues, Isabel Cosquete, António Martins e Rui Costa.

4.16 – Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à exploração de Pequenos Ruminantes;

O Senhor Vice Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves e Pedro Barroso.

O deputado Duarte Gonçalves entregou a seguinte declaração de voto à Mesa: “A bancada da Coligação “A Força da Mudança”, do PSD/CDS, vota contra a alteração do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à exploração de Pequenos Ruminantes, pelos seguintes motivos: 1º - A Coligação lamenta profundamente que o surgimento da OPP da Coopbarroso se tenha traduzido num aumento significativo dos custos suportados pelos agricultores do concelho com a sanidade animal, apesar dos outros contributos que o Município tem atribuído à Coopbarroso (outros, além dos pagos aos agricultores para a sanidade animal), e o caso dos pequenos ruminantes é paradigmático; 2º - O aumento dos custos da prestação do serviço aos agricultores é sempre mau, independentemente dos motivos desse aumento e de quem o suporta; assim, mau por mau, mesmo que o acréscimo dos custos do serviço se deva a má gestão ou ao pagamento de favores aos amigos do poder instalado na Câmara, que seja o Município a suportá-lo, através do aumento dos subsídios por cabeça; 3º - Assim, sentimos que se está a perder uma oportunidade de alterar o regulamento no sentido de aumentar a participação do Município, torna-lo mais acessível a possíveis interessados porque vimos neste apoio uma possível mais-valia na atração de pessoas e prevenção de fogos; 4º - Ficou por esclarecer cabalmente a verdadeira necessidade do ajusto direto efetuado para fiscalização deste regulamento e que custa ao município mais de mil euros por mês, verba que poderia ser, pelo menos em parte, canalizada para aumentar o prémio aos produtores; 5º - A norma a introduzir no Regulamento é discriminatória e põe em causa a liberdade de associação dos produtores pecuários do concelho; aliás, salvo melhor entendimento, poderá ser ilegal; somos contra o monopólio em qualquer área, e na área agrícola, em particular, até por exemplos do passado que correram mal; 6º - Tentar condicionar ou obrigar os produtores pecuários a fazer a sanidade animal na OPP da Coopbarroso não nos parece ser a melhor forma de reforçar a OPP recentemente criada; se a quantidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

dos não aderentes é significativa, ao ponto de justificar a alteração do Regulamento Municipal, parece-nos pouco provável que o façam por mera birra ou para prejudicar os interesses do concelho; 7º - Nesta conformidade, consideramos que o problema deveria ser resolvido doutra forma, sem impor uma vontade apenas porque se tem poder para isso; em concreto, a OPP deverá procurar saber quais, além dos custos, são as motivações dos produtores e, na medida do razoável, ir ao encontro dos produtores não aderentes. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Aqui passa-se exatamente o mesmo que no ponto 2.15. É o mesmo absurdo de tentar condicionar as pessoas “obrigando-as” a realizarem as ações sanitárias na OPP da COOPBARROSO se quiserem receber o prémio que tanta propaganda eleitoral já proporcionou ao Sr. Presidente.

E já agora pergunto-lhe o seguinte: se acredita mesmo que estas alterações dos regulamentos em favor do monopólio da CoopBarroso são benéficas para os agricultores porque não as tentou efetuar o ano passado antes das eleições, e porque sonegou essa informação relevante durante a campanha eleitoral? Será que já se sente um presidente da Câmara a prazo até 2021 e já se pode estar a borrar para os resultados das próximas autárquicas?

Neste ponto gostava era que explicasse bem o artigo 10º, alínea 1, em pormenor (“Fiscalização: O Município pode, a todo o tempo por qualquer meio e sempre que o julgue necessário, verificar o cumprimento, por parte do produtor, dos termos do presente regulamento, designadamente solicitando informações e esclarecimentos por escrito”), pois a fiscalização da Câmara a este regulamento está a custar mais de mil euros ao mês para a empresa Plano Animal, e aqui nada consta. Do que eu pude averiguar a justificação do ajuste direto (por a Câmara não possuir meios próprios) é muito duvidosa pois a Câmara dispõe de Veterinário Municipal que nunca foi contactado acerca deste regulamento e da possibilidade de ele próprio fazer a fiscalização aos produtores de pequenos ruminantes.

Já agora gostava de saber quais as ações de fiscalização que constam do caderno de encargos deste contrato de ajuste direto que justificam o valor mensal de mais de mil euros que a Câmara paga desde 2015, (e porque não abre antes um concurso público para este efeito pois com certeza não faltaram empresas ou profissionais em regime liberal do nosso concelho a concorrer e talvez o custo imputado aos munícipes venha a ser menor). Por outro lado, e do que eu pude averiguar, qualquer técnico de qualquer Associação de Agricultores podia fazer a fiscalização exigida, nem precisava de ser Médico Veterinário. Logo não compreendo como este valor não é dividido pelas Associações do Concelho que possuem criadores de pequenos ruminantes. Até lhe digo mais: porque não dar metade às Associações e com a outra metade aumentar os prémios aos produtores para dar mais sentido e valor a um apoio que foi a sua grande bandeira nas eleições autárquicas de 2013, mas que na prática se traduziu nuns tostões de propaganda, como já aqui referi em anterior Assembleia Municipal.

E é nesse sentido que esta alteração do regulamento devia ser feita, de aumentar os valores de apoio e de corrigir algumas alíneas que o tornam injusto e inacessível a todos. Por exemplo, estender o apoio a quem se queira instalar como produtor pecuário no concelho, eliminando a alínea b do ponto 2 (que obriga a residir em Montalegre há mais de um ano), como forma de atrair investidores e novos residentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Eliminando a alínea h do ponto 2 (que obriga a que atividade principal do candidato seja agro-pecuária) pelo benefício que a produção de pequenos ruminantes trás na fixação de pessoas e auxílio na prevenção de incêndios. Estendendo o apoio aos pequenos produtores, em vez dos discriminar, negando-lhe um apoio que podia ter carácter social pois grande parte são agricultores idosos, com reformas muito baixas, e que têm um pequeno rebanho para terem um extra ao fim do ano para pagar as despesas com a saúde ou a lenha para aquecer as suas casas frias.

Para terminar queria perguntar se há mais algum ajuste direto semelhante a este para fiscalizar os outros regulamentos, como do fomento da produção pecuária e das raças autóctones? Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso”.

O deputado Fernando Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto: “Concordo com o princípio que a ajuda da Câmara deve dirigir-se à economia, aos produtores, às entidades e ao emprego local, mas abstenho-me na votação porque não há fundamentação nem informação jurídica nem técnica sobre a proposta de alteração, e porque foram levantadas questões que exigiriam outra ponderação, pois pode estar em causa a violação de normas legais. Assinado, o deputado municipal Fernando Rodrigues.”

O Senhor Vice Presidente da Câmara disse que este regulamento é um incentivo à produção. Apoia-se o investimento e tentam-se criar empresas e fica contente por ver alguém defender que a sanidade deve ser feita por entidades do concelho.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Iva Rebelo e com quatro abstenções dos deputados Fernando Rodrigues, Isabel Cosquete, António Martins e Rui Costa.

4.17 – EHATB, EIM, SA – “Relatório de Execução Orçamental” e “Informação sobre a Situação Económica e Financeira” reportados ao 1º semestre 2017;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.18 - EHATB, EIM,SA. Relatório de Execução Orçamental 3º trimestre 2017;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.19 - Minuta de Contrato-Programa Entre o Município de Montalegre e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM,SA;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Sandra Gonçalves e Duarte Gonçalves.

A deputada Sandra Gonçalves disse que não é contra os investimentos feitos. É a escolha das prioridades que está em causa. Deve-se investir no que já está iniciado e existente. Invista-se nas micro empresas de forma a dinamizar economicamente o concelho.

O deputado Duarte Gonçalves disse que sempre defendeu que as verbas vindas da EHATB, até por uma questão de controlo e transparência, deveriam ser transferidas diretamente para o Município e este aplicaria o dinheiro onde bem entendesse. Realçou que vai votar contra a forma como se atinge o resultado.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Iva Rebelo.

4.20 – Minuta de Contrato-Programa entre O Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Iva Rebelo.

4.21 – Desempenho das funções de Fiscal Único na empresa EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e, não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas